

# Quem se beneficia dos Doze Passos? Uma crítica ao discurso da autoajuda

Luciane Thomé Schröder

Submetido em 27 de abril de 2012.

Aceito para publicação em 12 de junho de 2012.

Publicado em 30 de junho de 2012.

*Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 57-74

---

## POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

---

## POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sábado, 30 de junho de 2012

23:59:59

# QUEM SE BENEFICIA DOS DOZE PASSOS<sup>1</sup>? UMA CRÍTICA AO DISCURSO DA AUTOAJUDA

Luciane Thomé Schröder\*

**RESUMO:** *O presente estudo constitui-se numa das análises de encerramento da tese de doutoramento, que teve por objeto de investigação o discurso da autoajuda e da espiritualidade divulgado pelo grupo de apoio a familiares de dependentes químicos, o Grupo Familiar Nar-Anon. Esse momento apresenta a análise dos Doze Passos do Nar-Anon que polemiza e problematiza as bases de seu funcionamento, demonstrando como ele é revelador de um jogo discursivo que compromete o membro, atribuindo-lhe tarefas e privando-o de exercer outras, em nome de sua causa: manter a unidade do grupo por meio da exaltação da importância da sua presença junto aos familiares de adictos. Para a condução das discussões, recorreu-se aos estudos da Análise de Discurso de orientação francesa, tendo por mote as leituras de fundação da teoria a partir dos estudos de Michel Pêcheux.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *prática discursiva; efeitos de sentido; sociedade; Nar-Anon.*

Em última instância,  
essas verdades passam a governar a vida da pessoa e  
ela começa a viver de acordo com a força das mesmas,  
a força mais poderosa que se conhece,  
*a força da sua plena concordância livremente concedida.*  
O indivíduo é agora governado  
não por pessoas, mas sim por princípios, pelas verdades e,  
como diria a maioria de nós, por Deus.  
(Livro III, p. 9 – grifos no original)

---

\* Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, doutora pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. O presente artigo é um dos capítulos finais da tese defendida em 23/03/2012; o trabalho contou com o apoio da Fundação Araucária – Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - por meio de concessão de bolsa (protocolo nº 18.946): [lschroder@gmail.com](mailto:lschroder@gmail.com)

<sup>1</sup> 1. Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis. 2. Viemos acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia nos devolver a sanidade. 3. Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS. 4. Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos. 5. Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos. 6. Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter. 7. Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições. 8. Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas. 9. Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas. 10. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente. 11. Procuramos, através da prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade. 12. Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes Passos, procuramos levar essa mensagem a outras pessoas e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

## 1. INTRODUÇÃO

Como foi apresentado no resumo, esse texto faz parte de um trabalho maior cujo objetivo foi investigar algumas materialidades discursivas mobilizadas pelo grupo de apoio a familiares de dependentes químicos. No decorrer do estudo, entendeu-se que esses discursos superam a mera reflexão e se tornam, efetivamente, um guia sobre o modo de ser e de agir do pai e da mãe do drogado, conduzindo-os a uma compreensão sobre o problema da codependência e passam a se impor por meio de uma prática de adesão que não permite escolhas e determina que o membro deva seguir um conjunto de regras prontas e acabadas, como as análises dos *Doze Passos* – discurso central em que se ancoram as demais materialidades do grupo – devem mostrar.

Para iniciar as reflexões sobre os *Doze Passos*, reitera-se a afirmação sobre esse objeto simbólico ser constituído por elementos que migram de espaços discursivos distintos, o que caracteriza a presença, em sua materialidade, de formações discursivas pertencentes a diferentes instituições socioideológicas. Entende-se, também, que o objeto cria efeitos de sentido relevantes, em razão das vozes que o anunciam, no caso, as dos familiares de drogados. Isso afeta a interpretação do discurso, marcado pela heterogeneidade e pela polifonia, sem que, contudo, sejam reconfiguradas as raízes dos princípios de os *Doze Passos*, tem-se sempre presente a memória de sua “inauguração”, como conta a história da fundação de Alcoolicos Anônimos.

Parte-se do princípio de que o discurso em estudo é marcado por uma pretensa simplicidade, o que o torna *pretensamente* facilitador. Ele está sendo entendido, ainda, como simulação de um discurso democrático, porém é atravessado por uma prática discursiva autoritária. Seu objetivo é explicitado desde a sua *aparição*: chegar ao maior número de pessoas com problemas relacionados ao abuso do álcool (e, no caso deste estudo, de pessoas que sofrem em razão do vício do outro).

Segundo Orlandi (2001a, p. 86), o discurso autoritário é “aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”. Nesse estudo, entende-se que a polissemia é controlada pela superposição dos sentidos que engendram os princípios de os *Doze Passos*, que circulam reiterando um mesmo referente.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o discurso faz uso de construções enunciativas sucintas (o que não deixa de ser uma estratégia para a adesão). O discurso de os *Doze Passos* se mostra *completo*, apresentando-se como ensinamento para uma vida melhor. O Esquecimento nº 2 (ver PÊCHEUX, 1997) atua, então, de forma a deixar parecer que o que está sendo dito só poderia sê-lo da forma que está anunciado, causando efeito de exclusividade *adâmica*.

Fechando-se numa cadeia de sentidos que retorna sobre apenas três dos Passos, constituído por pelo menos três áreas de saber (a médica, a espiritualista e a jurídica), como se mostrará, os *Doze Passos* configuram um processo de deslize dos sentidos em que a “diferença é sustentada em um mesmo ponto que desliza de próximo em próximo, o que nos leva a dizer que há um mesmo nessa diferença” (ORLANDI, 2001a, p. 79).

Como todo o discurso do Nar-Anon, aqui, também, faz-se uso da primeira pessoa do plural. Sobre a mobilização dessa pessoa, pode-se afirmar que os *passos* funcionam no sentido de dar apoio ao membro que segue (seguirá) os princípios, representando desse modo, uma vontade de comunhão entre os sujeitos. Por outro lado, têm-se, também, presente as marcas linguísticas que levam a inferir que o discurso de

autoajuda apresenta uma faceta individualista: há um olhar para si que marca uma forma egocêntrica de o sujeito enunciar dos *Doze Passos* se relacionar com outros sujeitos, com o eu-individualista em primeiro lugar (como já demonstrado em análise anterior). E, por fim, há o discurso não dito, subentendido, silenciado, mas que permite a compreensão e o estabelecimento de outros *novos* sentidos. À guisa de conclusão, será sobre estes e outros aspectos que a análise se dará.

## 2. A ANÁLISE

Inicia-se com a apresentação e análise dos passos a partir de sua divisão em três momentos (conforme dito acima), considerando-se o seguinte encaminhamento: análise do 1º Passo, reflexão sobre o 2º, 3º e 11º Passos e, por último, a análise do 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º Passos. Será possível verificar, desse modo, as cadeias parafrásticas que se desenvolvem em doze momentos, mas que, como se poderá perceber, discursivamente, constituem-se em três. Como afirma Orlandi (2001a, p. 79), “Vemos aí a historicidade representada pelos deslizamentos produzidos nas relações de paráfrase que instalam o dizer na articulação de diferentes formações discursivas, submetendo-os à metáfora (transferências), aos deslocamentos: possíveis outros”. O 12º passo sofrerá uma leitura de fechamento pelo tom de conclusão que assume. Segue a análise do **primeiro encadeamento**: “1º Passo: Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontrolláveis”.

Pode-se afirmar sobre a presença do discurso médico alinhando a constituição do discurso do Nar-Anon. Essa presença se deve às condições de produção dos *Doze Passos*, conforme a história do A.A. As marcas dessa formação discursiva, que se dá por meio de uma presença ausente, porque não anunciada, mas incorporada, são evidenciadas pelos termos emprestados da área médica, que fortalecem o discurso como prática discursiva autoritária, devido às vozes autorizadas, leia-se, representativas da área médica, por exemplo, que limitam o grau de polissemia e simulam a precisão dos sentidos. Segundo a teoria, o “lugar” de onde o sujeito enuncia inscrevem as posições discursivas assumidas, que, constitui-se no conceito de Formação Discursiva (PÊCHEUX, 1997a).

No caso da análise desse 1º passo, isso se comprova pela presença dos termos *impotentes* e *adicto*. Ainda que o primeiro tenha seu uso banalizado nos dias atuais (pela exposição de um problema de ordem sexual masculino (a disfunção erétil)), caindo, de certa forma, num uso mais comum pelas pessoas em geral, entende-se que sua incorporação pelos cofundadores do A.A. implica na construção de um discurso não corriqueiro, mas que se marca pela austeridade, ainda que *impotentes* seja paráfrase de limitado e incapaz, por exemplo.

Em todo caso, no momento de elaboração dos Doze Passos, prevaleceu o termo *impotentes* (e não outro) que provoca efeitos; vejam-se as diferenças de sentido na troca por outros termos equivalentes: “Admitimos que éramos”: a) *fracos*; b) *incapazes*; c) *limitados*; d) *desprovidos de uma ação individual de poder*.

Dizer que é *impotente* diante do *adicto* é diferente do uso de termos mais corriqueiros, para a descrição do mesmo sentimento, no caso. E isso é importante para os que seguem os *Doze Passos* (ainda que não percebam essas relações de sentido).

O mesmo ocorre no caso do uso do termo *adicto*. Sua análise mais prolongada

feita em *Sobre a Adicção* (parte de um dos capítulos da tese) mostra que, dentre outras leituras, *adicto* devolve ao bêbado e ao drogado a dignidade pela associação de seu vício à doença. Para o membro do Nar-Anon, o termo ‘adicção’ colabora para a preservação da imagem de pai, que deixa de ser pai de um drogado (viciado e, por consequência, vagabundo) para ser pai de um doente. Dessa forma, expressões oriundas da formação discursiva médica trabalham para a construção de sentidos aprazíveis pelo que elas representam para um grupo de apoio a pais de drogados: ser *impotente* perante a *adicção* de um filho gera exclusividade de um sentimento, cuja admissão torna-se um ato de coragem, porém, comportamento que se revela, também, como fraqueza *revestida*. Veja-se que não se está falando de incapacidade ou qualquer outra manifestação discursiva que poderia comprometer o porta-voz da expressão: está se falando de impotência frente a uma doença (como o pai frente ao câncer do filho, por exemplo). É assim que o discurso trata da questão<sup>2</sup>.

Menos representativo, mas um elemento importante é o termo *perante*, cuja memória remete a outro espaço discursivo, comumente associado aos templos religiosos, em que fiéis se colocam *perante* Deus. O mesmo vale para *Admitimos*: admitir é quase uma confissão; pelo menos, é esse o efeito de sentido com que a palavra se reveste mais comumente: “*admite-se perante* Deus os próprios pecados”. Tem-se a presença de outra formação discursiva, no caso, a espiritualista-religiosa.

Chama-se a atenção para mais dois pontos significativos: a brevidade do enunciado e o uso da primeira pessoa do plural (fatos referenciados anteriormente e que se repetem nos outros passos, como se verá). A primeira questão levantada permite inferir, sobre a característica da brevidade, que é uma forma de *diluição* da autoridade de que poderia ser acusado o discurso em análise, porque, sendo breve, ele se fecha de modo sucinto sobre um significado. Associado ao fato de que a brevidade é um meio propício à memorização, que desencadeia um processo reconhecido como saber mnemônico, aquilo que passa a ser apreendido (o que não significa compreendido), o discurso se repete sem exigência de reflexão, fixando-se na memória dos membros como um ritual de ensinamentos verdadeiros (como não poderia deixar de ser), pois, do contrário (se a ideia de não verdadeiro se fizesse presente), não haveria unidade, nem grupo.

Sobre o uso da primeira pessoa do plural (ainda) em *Admitimos* e *éramos*, mais o pronome possessivo *nossas*, tem-se a construção da imagem e dos sentimentos necessários a todo o conjunto de pessoas que se une por um mesmo propósito (ainda que seja um discurso de autoajuda e ainda que esse discurso tenha por princípio geral a troca, a *partilha*: talvez, por isso, não seja “eu admito, eu sou, minha vida”): comunhão e união e, por consequência, solidariedade, são, de fato, os alicerces das práticas de grupos de ajuda mútua (desde que o sujeito assim o deseje). Então, não é um *eu* nem uma *vida individual*, mas a vida do grupo, dos membros e dos pais que é exposta nas circunstâncias de conflito em reuniões, lugar em que os passos são refletidos.

Quando o enunciado é fechado com *tinham se tornado incontroláveis*, referindo-se à vida dos pais, um ato falho (talvez) no momento de “pensar” a organização do discurso desestabiliza a prática discursiva comedida que se teve até o momento (quando se optou por termos como *impotente* e *adicto*). Dizer que algo é *incontrolável* remete às práticas discursivas próprias e comuns para a descrição de sintomas físicos ou

---

<sup>2</sup> Nos textos do Nar-Anon a *adicção* é relacionada à doença do diabetes, ou seja, ela pode ser controlada, mas não curada.

psicológicos gravemente afetados. Para exemplificar, as suas situações de uso são diversas: o filho hiperativo pode sofrer diagnóstico de comportamento incontrolável pela professora, o filho drogado, do mesmo modo. Uma doença progressiva também. Mas também o mau administrador pode ter suas finanças incontroláveis; o sujeito obeso se alimenta de forma incontrolável. Nessas situações e tantas outras, o efeito de algo negativo é um elemento inegável. Ao se admitir que algo é *incontrolável*, antecipa-se o fracasso da situação; quando esse sentimento inconscientemente se faz presente, ele emperra a mudança de situação (cabendo a rendição).

O que fere profundamente qualquer possibilidade de uma mudança de vida é que o filho é um drogado: *ponto*. A vida dos pais se tornou incontrolável: *ponto*. Ele não pode mudar a vida do filho: *ponto*. Ele não pode mudar sua vida: *ponto*. Mas pode admitir sua *impotência*. Um grupo de apoio funciona para aliviar o estado de aflição das pessoas, porque, como um consultório terapêutico gratuito, os sujeitos que não pertencem ao rol dos cidadãos normais falam e são ouvidos. É isso: falam e são ouvidos. Mas o problema não é discutido, porque, no decorrer de uma partilha, por exemplo, ouve-se o outro, guarda-se o que servir e segue-se com a vida. Poder-se-ia deixar uma página em branco para a representação do silêncio que toma conta. Ele é a falta presente que nunca se apaga e significa (ORLANDI, 2002), o que fica nas entrelinhas de *Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis* é a rendição. Talvez isso seja necessário para o grupo de pais que não podem controlar a destrutiva relação do filho com as drogas, que desencadeia seus conflitos com a sociedade e com ele próprio.

Analise-se, a seguir o 2º, o 3º e o 11º passos. De acordo com o que Pêcheux anunciava em 1969, com a publicação de “Análise Automática do Discurso” (In: GADET; HAK, 1993, p. 104-105), sobre os deslizos sofridos pelas materialidades linguísticas e como isso deve ser apreendido no estudo dos discursos,

dado um estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies discursivas empíricas proveniente desse mesmo estado dominante: os pontos de recortes definidos pelos efeitos metafóricos permitirão assim extrair os *domínios semânticos* determinados pelo processo dominante (...).

[dessa forma] toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação da análise, constituem justamente os *sintomas pertinentes* do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise.

Objetiva-se com a análise das duas últimas sequencias mostrar o funcionamento de deriva dos sentidos que comprovam a afirmação sobre os *Doze Passos* se constituir efetivamente em três e, por consequência sobre todo o discurso do Nar-Anon ser, em essência, um serviço à sua manutenção e circulação de ideais por meio do receituário dos *Doze Passos*. Seguem as análises:

2º Passo: Viemos acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia nos devolver a sanidade.

3º Passo: Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados a DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS.

11º Passo: Procuramos, através da prece e meditação, melhorar nosso contato

consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade. (grifos no original).

Primeiramente, retomam-se duas marcas já destacadas na análise anterior, as quais, conforme afirmado, são recorrentes nos *Doze Passos*. A pessoa do discurso, marcada em *Vemos*, *Tomamos*, *Procuramos* reflete o coro de vozes que insere o sujeito membro do Nar-Anon no grupo, não sendo ele um agente individual nas tomadas de posição, mas sim uma pessoa coletiva. Esse processo, que se explicita no uso da primeira pessoa do plural, fala por ele, tomando suas decisões. Essa força ilocutória é firmada pelo uso de verbos performativos.

Os passos em análise (2º, 3º e 11º), ainda que um pouco mais longos do que o 1º, são breves e de fácil apreensão pelo sujeito, sobretudo, porque eles circulam em torno de um mesmo saber a ser compreendido: crença e entrega para a operação de mudanças na sua vida por meio de um Ser Superior (o que não deixa de ser um ensinamento cristão, o da entrega da própria vida a Deus para que ele opere *milagres*).

Esse sentido é construído na tessitura de um programa cujas relações se procurarão descrever. Verifica-se como um dizer corrobora a construção de outro, como as leituras se imbricam num mesmo ponto, como os sentidos se amarram comungando de um mesmo saber e como eles enredam o leitor numa trama que inspira uma autoajuda *camuflada*, porque o desejo da mudança de vida só será alcançado por intervenção de um outro, no caso, explicitamente, este outro é definido como Deus e Poder Superior. Observa-se que, no caso dos enunciados em análise, o termo *Ser Superior* é usado antes do termo *Deus*. Assim, ainda que posteriormente o sujeito seja levado a associar Ser Superior a Deus, dessa forma, tem-se menos uma imposição e mais uma escolha (mantendo-se o discurso de que o Nar-Anon não se sustenta em qualquer credo ou religião). Sobre a ressalva que segue após *Deus*, COMO O CONCEBÍAMOS (grafada em letras destacadas), resumidamente, pode-se dizer que seu propósito é a manutenção de uma imagem de grupo democrático e aberto a qualquer pessoa, de qualquer credo.

Tomando como ponto de partida o enunciado, *Vemos acreditar*, tem-se na primeira parte, composta por uma perífrase verbal, um efeito de sentido que implica numa tomada de atitude, que não deixa de significar que se tomou uma decisão, o que, imediatamente, remete ao passo seguinte *Tomamos a decisão*. Observa-se que no 11º passo, fala-se de *Procuramos, através da prece e meditação*, ou seja, quem fala é uma formação discursiva espiritualista, que prega um conceito de crença (*Vemos acreditar*), o que significa que ter ou não fé é uma decisão que só poderá se estabelecer por meio dos embates de sentidos que essa formação discursiva dispõe, quais sejam: *prece e meditação*, termos que transitam em espaços enunciativos tanto cristãos quanto laicos.

Os passos, contudo, não preveem que o sujeito se conduza por ele próprio, não é ele quem efetivamente estará à frente da mudança, porque ela se efetivará por meio da *fé* e da *meditação* (como já se disse), o que permite uma dupla orientação de sentido: que pode ser entendida como: se a pessoa for compelida a tomar uma atitude sem amparo de terceiro, a possibilidade de fracasso poderia ser maior do que se a pessoa tivesse um apoio (eis o discurso senso comum que atesta que “uma andorinha só não faz verão” e outras variantes). Então, conduzir a pessoa a *crer/decidir* por uma mudança, tendo por suporte *algo/alguém* que seja *superior a ela*, provoca pelo menos duas orientações de leitura: 1) sozinho, nada é possível e, em razão disso, a entrega; porém,

se, 2) a crença não for efetivamente de *entrega* [a Deus/a um Ser Superior/algo-alguém do modo particular que venha a ser concebido], o sujeito pode não lograr êxito. Esse insucesso significa a não mudança: a manutenção de uma vida “incontrolável”, muito próxima de uma vida *insana* (fazendo-se uso de termos que nos remetem à formação discursiva da medicina).

Veja-se que um ponto de encontro com 1º passo se estabelece e um escudo protetor para os *Doze Passos* é construído, a partir do momento que o sujeito será o único responsável pela manutenção de uma situação negativa na ausência de crença e tomada de decisão e, assim, preserva-se o grupo, em primeiro lugar (questão já abordada), de falhas e insucessos dos seus membros.

No 11º Passo, a ressalva COMO O CONCEBÍAMOS é reiterada e a presença de elementos de uma formação discursiva espiritualista (religiosa/cristão) é reforçada pelo termo *rogando*. O que se pede, por ocasião da busca pela devolução da *sanidade* (perdida em função do vício do filho) e da entrega da própria vida a ninguém menos que Deus, é apenas *o conhecimento*. O modalizador *apenas* assume caráter de operador argumentativo, reforçando aquele que se diz ser o bem mais valioso de uma pessoa, o conhecimento (invocando o discurso senso comum novamente). E nada de novo se apresenta: interdiscursivamente, esse passo é atravessado pela *Oração da Serenidade*<sup>3</sup>.

Opera-se com os elementos de um e de outro discurso, porém se percorre o eixo da paráfrase e da manutenção de sentido. Nesse momento, o sujeito é invocado a ser senhor de si, porque se fala em *contato consciente* (no sentido da essência das práticas de autoajuda em que o sujeito é levado a crer que tem controle sobre si), mas também ele está à mercê do outro (ainda que este outro seja uma entidade divina (o que confere *status* à condição de rendição ao outro, Deus/ ao outro, Poder Superior)).

A exemplo do que ocorre com os três passos anteriores, com os demais, a questão da circularidade de sentidos se mantém. No caso da sequência dos enunciados do segundo agrupamento, há uma recorrência na temática abordada que diz respeito a duas práticas: a) do reconhecimento dos próprios erros (para si, para Deus, para o outro) e b) reparação dos mesmos. Entende-se que, no caso dos pais, esses passos vêm ao encontro de uma necessidade emergencial: levá-los a não se sentirem culpados frente ao problema do filho, já que ele, o pai, é conduzido a buscar fazer reparação.

Abre-se um parêntese: se o outro a quem a prática da reparação se dirige irá ou não aceitar o pedido de reavaliação do erro cometido não vem ao caso. O importante, parece, é o sujeito buscar realizar o pedido feito, o que, de algum modo, trabalha no sentido de propiciar ao membro do grupo alívio para os pensamentos que o atormentam (“eu fiz isso, fiz aquilo, não procedi bem e estou arrependido”). Mas no sentido de que pouco importa se efetivamente as reparações farão bem a alguém, quem usufrui o bem maior da prática parece ser é aquele que errou (do erro consumado não tem volta, mas o afeto e o perdão do outro com que se agiu mal tem). Essa forma de agir, talvez, provoque um círculo vicioso de atitudes e práticas de “reparações” constantes, como o drogado que é internado diversas vezes e “recai” e, a cada internação, inicia sua caminhada pelos princípios dos *Doze Passos*. Questiona-se, então, se a condição de *receituário* dos princípios pode “funcionar” sempre e em qualquer condição.

Retomando, entende-se que a culpa de que se fala está colada à imagem dos pais

---

<sup>3</sup> Deus, concedei-me serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar aquelas que eu posso e sabedoria para perceber a diferença.



de drogados e significa; porque é comum o sentimento de que se errou com o filho expresso em raciocínios de autopunição que fazem o pai pensar que seu comportamento, enérgico ou complacente, tenha sido responsável pelo fato de o filho ter buscado nas drogas algum tipo de compensação. Ele tanto é levado a crer nisso, que existe um Grupo de Apoio para a sua causa. Então, como não se sentir culpado, como não pensar que sua vida está *incontrolável*, que ele precisa resgatar sua *sanidade* e que, sozinho, ele não conseguirá, mas apenas e tão somente por *entrega, prece e meditação* para um *Ser Superior*, ele poderá ter uma vida “normal” (como os outros pais).

Deve-se considerar que o membro do grupo possa, como codependente, ter agido de forma rude, nervosa ou impaciente com os demais membros da família, o que culturalmente fere a imagem dos pais (que se espera sejam os eternos sujeitos sensatos e sábios em que circunstâncias forem). Não é raro que casamentos, por exemplo, desfaçam-se devido à atitude que leva um e outro a culpar o companheiro(a) pela situação problema do filho(a). Ou pais que passam a focar a atenção apenas no filho drogado e “esquecem” os demais membros da família. Em todo caso, o leque de autoacusações que um familiar pode se dirigir (ou que possam a ele dirigir) é vasto, porque se vive numa sociedade em que as famílias ainda devem ser o único e grande alicerce do ser humano (e não são poucos, nem raros os discursos que difundem esse quadro romântico).

É nesse sentido que o discurso funciona, provocando o sujeito a pensar sobre seu comportamento diante do filho (ou de qualquer outra pessoa próxima (infere-se)) e reconhecer que pode ter agido mal, buscando uma forma de reparação (por meio do perdão, por exemplo). O discurso não fala em “perdão” (que remete a uma formação discursiva de resignação cristã), mas em reparação, cujo efeito de sentido é mais objetivo, palpável e material e, assim, mais comprometedor, porque não coloca o sujeito em situação de fracasso ou fraqueza, afinal, fazer um inventário de si não é para qualquer pessoa; muito menos a reparação.

Deve-se lembrar, de acordo com textos do Nar-Anon, que os pais passam a entender a situação problema que vivem, quando buscam frequentar uma sala Nar-Anon, adquirindo, por meio da frequência às reuniões, lucidez frente ao problema e sabedoria para se comportar diante dele: é isso que o grupo promete. Nesse sentido, esses passos conduzem o familiar a olhar para si, percebe-se como ser humano que errou e como portador de problemas que ele passa a assumir (e dos quais se redimir), a fim de retomar o controle da própria vida; isso parece simples e a solução está numa receita de fácil preparo. Contudo, não é desse modo que são compreendidos aqui.

4º Passo: Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.

5º Passo: Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos.

6º Passo: Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter.

7º Passo: Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições.

8º Passo: Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas.

9º Passo: Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudica-las ou a outras pessoas.

10º Passo: Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente.

Para iniciar a análise do terceiro segmento, parte-se dos efeitos de sentido da flexão verbal *Fizemos*, que abre quatro dos passos. Verifica-se que ela provoca o efeito de causa concluída, de modo que se dirige aos que já estão praticando o programa (cabendo aos novos membros fazer o mesmo), pois implica numa espécie de depoimento de algo realizado (análise assumida nos passos anteriores), o que vai ao encontro do eixo fundador dos Alcoólicos Anônimos (o interdiscurso que permite a constituição de discursos variantes (PÊCHEUX, 1997a)): um sujeito falando de seu problema a outro e, assim, por meio da troca de experiência, vencendo seu próprio vício.

A questão a ser analisada primeiramente no quarto passo (pois ela se constitui no termo chave do enunciado) são os termos *inventário moral*, “4. Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos”, que remete ao campo de saber da formação discursiva jurídica, causando, como no uso de termos da formação discursiva médica, um efeito de sentido de autoridade, reiterando-se, assim, essa característica do discurso do Nar-Anon.

No caso de *inventário moral*, o efeito de sentido é estendido também para o campo ideológico representativo das posturas corretas e de inquestionável valor, como de algo preciso. Deve-se considerar que tomando a palavra dicionarizada, tem-se como seu significado “1. Relação dos bens deixados por alguém que morreu. 2. Relação ou rol de mercadorias, bens, etc.”.<sup>4</sup> Percebe-se que a apropriação dos termos não se encontra com o referente dado pelo dicionário (nada a estranhar). Assim, no enunciado em análise, o que há é uma superposição de valores, ou melhor, aquilo que numa formação discursiva capitalista é entendido como bem material, no discurso do Nar-Anon (no 4º passo), essa materialidade se traveste de valores subjetivos: os bens não são palpáveis, mas dizem respeito aos bens interiores do sujeito (o que é revelador de certa arrogância), como se se dissesse: está-se fazendo um levantamento das coisas boas e não boas que pertencem ao próprio *eu*, olhando para dentro de si e questionando-se: quem é essa pessoa, o que ela tem de bom e ruim, o que fez de bom ou ruim (e para quem) em sua vida? Ter-se-ia uma forma de balanço final das relações e empreendimentos realizados: os bens morais (com autonomia e autenticidade).

Retomando-se as condições de produção do discurso a partir da história do A.A., o termo ‘inventário’ significa, no momento da vida dos cofundadores, grandes perdas financeiras. Essas perdas (conforme conta a história) teriam levado muitas pessoas ao suicídio. Infere-se desses episódios que a presença do termo deslocado de uma situação material para outra, que se deseja espiritual, é provocado por um lapso do inconsciente, que faz vir da memória o que fica retido como um trauma, por exemplo.

Em todo caso, dentre as duas possibilidades de análise, o que se pode afirmar dos termos ‘*inventário moral*’ é que eles *brincam* (sem que se saiba disso) por meio da estrutura linguística com a situação do sujeito familiar, que em vida e não em morte (o que soa um tanto bizarro), faria um levantamento dos seus bens morais, já pressupondo que eles efetivamente são de valor (por isso, falou-se antes *certa arrogância*).

A subjetivação alcançaria seu ponto máximo, pois o que o enunciado afirma é a possibilidade de a pessoa alcançar os meandros mais íntimos do seu ser e fazê-los vir à tona (tarefa complicada, já que ela está num programa de recuperação da própria sanidade), o que fragiliza o discurso pelas fendas de incoerência que se vai fazendo,

---

<sup>4</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio*: século XXI. 4 ed. 2 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 (p. 400).

quando se faz uma leitura menos afetada emocionalmente pela circunstância de uso do discurso e pela nobreza da sua boa vontade: ajudar familiares em aflição.

Para encerrar essa primeira parte e reafirmando as problemáticas em torno do enunciado e dos sentidos que emergem da análise, soma-se um item complicador: a forma de adjetivação “escolhida”: *minucioso* e *destemido*, cujo efeito de sentindo marca a pessoa do discurso, como, no mínimo, “corajosa”. Afinal, falar de si, reconhecer que é parte boa e parte má, não é uma atividade de fácil execução. Mapear o próprio interior, detalhadamente, sem “pestanejar”, eis, pois, o voluntarismo “Barão de *Munchhausen*” de que o sujeito, sem que se perceba, utiliza: puxa-se pelos próprios cabelos do mar problemático em que seu interior se encontra.

O 5º passo, “Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos”, é mais um eco da consequência de uma ação tomada do que o anúncio de um outro discurso (o que se esperaria, já que se trata de outro passo: o de “movimento avante”). Nesse sentido, afirma-se que, se foi feito um inventário de si (*minucioso* e *destemido*), ele deve ser ouvido: seja no isolamento de um consultório psiquiátrico, numa prática de confissão (frente ao amigo íntimo) ou diante do espelho.

Acontece que a ação provocada pelo 4º passo pede (exige) um interlocutor; isso é quase uma necessidade, sobretudo porque se está num grupo de apoio que funciona devido à troca de experiências. Então, o que se tem é o resultado da avaliação feita por si mesmo sobre a sua essência, que deverá ser compartilhada: e os interlocutores seguem as relações sociais hierarquizadas: primeiramente, partilha-se com Deus; depois, consigo, e por último, com o outro.

Reitera-se, nesse passo, o efeito de sentido do termo *minucioso* utilizado, que implica diretamente sobre os termos *natureza exata* (o que inspira minúcia e exatidão). Assim, entra em cena a presença de mais uma formação discursiva que se choca com a subjetividade própria da espiritualidade.

Marca-se, nesse passo, ainda, a presença ausente do discurso que anuncia que os sujeitos têm problemas, mas não apenas problemas (o que é comum a qualquer pessoa), mas defeitos de caráter. Nesse sentido, o discurso é implacável porque não deixa margem para defesa.

Ao mesmo tempo, o discurso busca em outros campos de saberes termos para a construção daquilo que deseja anunciar. Ele retorna, pela casualidade dos efeitos de sentido, ao tom mais informal. E o tom acusativo que se insere na autoridade discursiva dos passos vai-se explicitando, pois coloca a pessoa na situação de exposição àquilo que se está chamando de *defeito*.

Novamente, a atenção se volta para um termo cuja materialidade é fortemente presente: a porta não fecha, está com *defeito*; a máquina não funciona, está com *defeito*; o carro não anda, está com *defeito*. Percebe-se que é esse o uso mais comum, mas, no Nar-Anon, as pessoas são conduzidas a olharem para dentro de si e exporem seus *defeitos*. Se se buscar as condições atuais de produção e mobilização desse termo, mantêm-se em cena os exemplos citados, que, jamais seriam usados para descrever situações problemas como meu filho tem um *defeito*, ele não anda ou meu cunhado tem um *defeito*, ele é cego.

Se se pode afirmar que isso não deixa de ser um *defeito*, contudo, pode-se afirmar também que o emprego do termo está sendo posto de forma inusitada. Porém, se se pensar que não é de longa a data que bêbados e drogados deixaram de ter sua pessoa descrita como um mal social para serem vistas como um doente (por uma parcela da

população (ainda que mínima)), então, para as condições de produção do discurso, talvez, a exposição de *defeitos* pessoais seja efetivamente um bom modo para descrever a situação do membro do grupo: codependentes, codefeituosos (apelando-se para um jogo de palavras um pouco estranho).

Por fim, deve-se reafirmar aqui o exposto acima: a transição do 4º para o 5º passo implica em uma tomada de posição pré-anunciada e se questiona, assim, essa subdivisão que mais parece carecer de uma necessidade de se mostrar claro, do que, efetivamente, trazer algum novo movimento de sentido ao discurso.

Seguindo essa orientação, o 6º passo “Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter” e o 7º passo, “Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições”, têm seus sentidos um atravessando ao outro. Parece que o discurso não encontrou meios de avançar; preso a um estado de memória instituída, os passos retomam a presença divina, novamente por meio de letras de tamanho diferenciado e da inicial maiúscula, marcando, desse modo, respeito à entidade superior (ao Ser Superior). Reitera-se que, do inventário moral vieram à tona defeitos e, no caso, eles dizem respeito ao caráter do sujeito. A *incisão* para sua retirada se dá de modo quase cirúrgico, ou seja, eles devem ser *removidos*, assim como se remove um tumor, por exemplo. Interdiscursivamente, a formação discursiva da medicina se insinua no discurso; a memória da presença dos médicos que fizeram parte da história do grupo se faz presente nessas “escolhas” lexicais.

Os usos de advérbios de modo provocam efeitos sobre o sentido do enunciado: os sujeitos não estão apenas “prontos para que DEUS removesse” seus defeitos, mas *inteiramente* prontos, colocando o membro num estado de entrega total e doação de si. Ainda nesse passo seis, afirma-se que são removidos *todos* os defeitos, deixando, a pessoa em estado de “pureza divina”. Se o grupo pudesse ser questionado se não estaria sendo arrogante em seus propósitos, a presença do segundo advérbio que abre o 7º passo corrige a leitura, pois cabe aos sujeitos *humildemente* se dirigirem a Deus a fim de buscarem a *remoção* dos seus *defeitos* (seria dos pecados?).

Campos semânticos se alinham e batem numa mesma tecla: o *inventário moral* (do 4º passo) conduz à *compreensão da natureza exata dos defeitos* do sujeito (5º passo), descritos na sequência como *defeitos de caráter* (6º passo) e que, enfim, são revelados como as *imperfeições* das pessoas (7º passo). Eles constroem uma imagem bastante comprometedora do membro: ele é tido como um ser doentio, portador de falências como ser humano e uma pessoa cujo caráter está comprometido. A ordem inexorável do discurso de apoio se mostra implacável (novamente).

No 8º passo, o discurso dos *Doze Passos* se reveste de praticidade e coloca o membro na situação de elaborar uma listagem e, retomando as palavras do enunciado, proceder a “uma *relação* de todas as pessoas que tínhamos prejudicado”. Ele compromete a imagem do membro (sem que o discurso e o próprio familiar, talvez, se deem conta disso) que teria, no caso, *prejudicado* alguém, o que é um elemento complicador, pois há uma carga negativa no uso do termo do qual se infere que se tenha praticado algum *mal* a outra pessoa (já que não existe prejudicar para o bem).

E o discurso assertivo não abre margens para outra leitura, ainda que modalizado na segunda parte: “e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas”; feito servo arrependido, busca-se o perdão dos erros. Deve-se admitir que não foram poucas as pessoas afetadas pelos defeitos de caráter do sujeito que profere os *Doze Passos*, já que as reparações devem ser feitas a *todas elas*, o que abre o pressuposto de que seja um

contingente representativo de pessoas. O efeito de imprecisão marcado por *todas* mais aponta para um número elevado de pessoas do que o seu contrário. Um questionamento se coloca: quem pratica os princípios percebe essa condição de ser humano falho, já que se guia por tais modos de olhar para o problema em que está imerso? Será que os pais de drogados que repetem “8. Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas” não se fragilizam ainda mais? Afinal, não são eles mais vítimas de uma situação problema do que seus causadores? Então, ter-se-ia, aí, outro problema: o discurso dos *Doze Passos*, desejoso de atender a causas diversas, encontra barreiras, ainda que linguísticas. Porém, dar-se conta disso é outra história.

Como se verá no 9º passo, o discurso estabelece a vontade de constituir uma nova situação, mas ela é enganosa (o que não significa maldoso) devido aos efeitos de sentido da ressalva que pertence ao segundo e terceiro momentos do enunciado, conforme mostra a análise: “9. Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas.”

O enunciado inicia, novamente, conforme ocorre no 8º passo, reiterando a prática da reparação às pessoas prejudicadas, no caso, acrescentando o dado de que ela deva ser *direta*, do que se infere que essa seja feita pessoalmente, “olho no olho”. Ele dá a ação como tomada, pois afirma *Fizemos*. Mas, ao ressaltar por meio de “sempre que possível”, deixa pressuposto que haveria situações em que a reparação do erro cometido não alcançará seus interlocutores: seja porque *todas* as pessoas sejam pessoas demais; seja porque desse modo os passos e, assim, o Nar-Anon, protege-se de acusações de falhas em seus princípios: deseja-se bem ao membro e se trabalha para isso, mas se trabalha também para a manutenção da autoimagem positiva de grupo. O terceiro momento reitera essa conclusão: “exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas”.

Entende-se que a atitude seja nobre, afinal, se já se agiu mal uma vez com determinadas pessoas, incorrer no erro seria uma dupla afronta. Contudo, preserva-se ao outro o direito de negar o pedido de desculpa a ele dirigido. Em todo caso, isso dá ao membro um espaço de relaxamento, pois quem julgará se a aproximação para um pedido de reparação será bom ou não é o próprio sujeito que, ao fazer um *minucioso e destemido inventário moral de si e detectando assim seus defeitos de caráter e imperfeições*, decidirá se deve buscar a reparação. Desse modo, fazê-las pensando em *todas* as pessoas que se teria prejudicado já não parece um grande problema, já que o problema real é outro (o filho drogado), um tanto “esquecido”, já que o olhar está totalmente centrado no sujeito membro do grupo.

Quase se poderia questionar: porque se está, mesmo, aqui? No caso do familiar, que busca conforto para as aflições decorridas dos problemas do filho, a dúvida soa um pouco mais forte. Será que se crê que procurando ser uma pessoa melhor tornará a vida junto do adicto menos sofrida? Afinal, o que desejam mesmo os *Doze Passos*? Retoma-se um momento presente nos textos (panfletos e livretos), em que os pais são convidados a refletir sobre o enunciado “Viva e deixe viver”. Talvez seja essa a resposta (mas para que mesmo os *Doze Passos*, então?).

No 10º passo “Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente”, o discurso brinda o interlocutor com a boniteza singela própria de peregrinos incansáveis que labutam em busca do seu milagre. Chama-se, ainda, a atenção para o último momento do percurso que fecha o terceiro momento referente às análises do 1º ao 11º passo: “Continuamos fazendo o inventário

pessoal [moral; revelador da natureza exato de defeitos [de caráter]; das imperfeições], quando estávamos errado [tínhamos prejudicado outro ser humano], nós o admitimos prontamente [e nos dispusemos a fazer reparações] [por meio de Deus, como nós o concebíamos]”. Tem-se, aqui a revelação da manutenção e da reiteração de uma prática parafrástica que evidência o mesmo na vontade da produção do diferente, de modo que se simula dizer algo ainda não dito, mas cujo resultado aponta para outra evidência, como se pode observar. A humildade do sujeito é garantida pela prática da *admissão*.

Refletindo sobre as condições de produção do discurso a partir dos primórdios do A.A., talvez se encontre uma série de justificativas para os *Doze Passos*, que são, em princípio, uma prática de repetição de três momentos (como se procurou demonstrar).

Sobre isso, pode-se pensar, por exemplo, que, na época, os alcoólatras eram em sua maioria homens, pais de famílias, senhores de negócios ou sujeitos que não lograram êxito na vida, os quais, inseridos num sociedade machista, que, culturalmente, cola à imagem masculina características como a força, o trabalho e a responsabilidade pela manutenção (emocional/financeira) familiar, teriam, à luz dessa formação discursiva, sua imagem comprometida como homens. Talvez venha daí a importância do fato de pensar os problemas, explicitá-los às pessoas, buscar compensação dos erros cometidos como uma “grande ação”. Não que não seja; reconhecer os próprios limites e os próprios erros é sempre um ato *especial*. Contudo, essa é uma tecla batida incansavelmente, como se houvesse nas entrelinhas o desejo de gritar: somos bêbados, reconhecer isso não é fácil, assim como reconhecer que se errou e humildemente buscar o perdão pelos erros. Isso não é coisa para qualquer um, já que não é qualquer homem que age assim (pressupõem-se).

Deslocando-se desse cenário que retoma as “origens” do discurso, como um familiar faz essa leitura? O que o marcaria mais fortemente: admitir sua impotência (haveria meios de negá-la)? Entender sua necessidade de ser conduzido por um Poder Superior (em quem mais caberia depositar fé em causa que parece perdida)? Compreender que é um sujeito falível que errou (com o filho, com a família, com o esposo(a)) e buscar reparar seus erros juntos daqueles que lhe são próximos e sofreram os “respingos” da sua dor e angústia por ter um filho drogado? Eis um desafio instaurado: buscar entender como os *Doze Passos* se torna discurso de amparo espiritual, quando ele se mostra no silêncio das palavras não ditas mais um tribunal acusatório, ainda que em tom fraternal.

Para fechar o estudo, a análise do 12º passo, que será desmembrado em quatro partes. Sendo deslocado do conjunto dos onze primeiros, seu funcionamento discursivo é tipicamente representativo de discursos de entoação autopositiva, de apelo emocional, com o desejo de se mostrar eficiente e convencer a ser praticado: “[1]Tendo tido um despertar espiritual, [2] por meio destes Passos, [3] procuramos levar essa mensagem a outras pessoas e [4] praticar estes princípios [4.1] em todas as nossas atividades”. Em [1], inicia-se afirmando sobre a condição emocional do membro praticante (que deverá ser do sujeito que venha a fazer parte do grupo), que é ter experienciado um *despertar espiritual*. Em nenhum momento, pelo menos dos textos com que se teve contato durante a pesquisa para a coleta do corpus, há detalhamentos desse despertar espiritual, ou o que ele venha a significar efetivamente: poderia ser *acordar* para questões religiosas? Sim e não, já que DEUS, COMO O CONCEBÍAMOS, pode ser uma presença manifestada tão democraticamente quanto o discurso se oferece para o leitor,

pois ele apenas diz: tenha-se um despertar espiritual.

Entre a compreensão ou incompreensão por parte do familiar do drogado e estando ele vivendo uma situação de desconforto emocional, ficam valendo vários efeitos de sentidos (como a história do A.A. conta sobre as distintas situações do despertar espiritual). Mas o que se encontra como referente, enfim, é o disposto no 2º, 3º e 11º passos: entregue-se a Deus e o mais ele fará (!). Ter esse *insight* (tomar a decisão de entregar a vida a Deus/Poder Superior), em todo caso, já bastaria para caracterizá-lo como um membro.

Em [2], o discurso faz um adendo, para o não esquecimento do interlocutor, de modo que se anuncia o responsável pelo despertar espiritual e pelo que venha de positivo da experiência sobre-humana que por meio dele o sujeito vivenciasse (já que não é comum o alarde em razão de alguma coisa negativa). Desse modo, o discurso se coloca como uma promessa que se efetiva por meio dos passos. [3] Confirma o princípio anunciado feito ritual propagandístico de um produto: experimentado e apreciado, fale bem dele (propaganda de boca em boca que, “barata”, sempre traz bons resultados. Enfim, [4]: a prática (que remete ao exercício diário) deve ser feita, mas não como uma atividade que ora se faz, ora não, mas como um ritual a ser vivenciado plenamente: “em *todas* as nossas atividades”, fecha-se. São esses os princípios que vêm a reger a (nova) vida daqueles que, por meio deles, encontrarem um modo de conduzir a (co)dependência.

### 3. MAS QUEM SE BENEFICIA DOS DOZE PASSOS?

Primeiro, uma ressalva: ainda que as análises feitas, neste momento, em relação a momento da análise de um trabalho maior, possam ter deixado lacunas que polemizem com os resultados obtidos, não se quer dizer que os *Doze Passos*, discurso que vem circulando há mais de um século entre grupos de ajuda mútua, não possa trazer benefícios, pois apesar das memórias, das histórias e das ideologias que, interdiscursivamente, fazem-se presentes na vida particular das pessoas (ainda que de *particular* a vida tenha efetivamente muito pouco), tornando-as frágeis, ele – o discurso –, ainda assim, provoca efeitos sobre a vida das pessoas que o seguem como uma opção.

Mas talvez esse discurso tenha o êxito que tem, porque ocorre um deslocamento da hierarquia: aquilo que primeiro une as pessoas num grupo, isto é, os ensinamentos, e os propósitos dos princípios entre outras coisas já não são o mais importante (as pessoas não continuam se encontrando semanalmente num mesmo grupo porque já internalizaram como agir): mais importantes são as *pessoas*, que, felizmente, após suas perdas, porque eram bêbados, drogados, pais de drogados, felizmente – reitera-se, encontram outras com os mesmos problemas, interessadas em ouvir os desabafos porque, naquele grupo, elas interessam, o seu problema é importante e não há uma sociedade armada para acusá-las (ainda que o próprio discurso assim o faça, mas isso é outro ponto).

É isso: há discurso de apoio, porque há pessoas que necessitam de apoio; porque fazem parte de uma sociedade que define o que é ser feliz e bem sucedido; e porque, fora dos padrões, só cabe mesmo aos drogados se unirem, aos seus familiares fazerem o mesmo, assim como devem fazer os gordinhos e as mulheres que amam demais e tantos outros cuja vida (em sociedade) “*deformou*” o modo “normal” de levar a vida. Desse modo, o discurso reitera sua posição como prática autoritária. E suas materialidades

passam a ser reveladoras de como os sujeitos, imersos num determinado problema, ainda que inconscientemente, deixam entrever, nas práticas discursivas que organizam, interdiscursos que, à luz da teoria, revelam as formações discursivas que se colocam em cena, sem que se deseje, mas que, nas entrelinhas do dizer, manifestam outra ordem discursiva, que, no caso deste estudo, mostra que o discurso de apoio ao outro pode ser individualista e preocupado com a sua própria manutenção. Comprova-se este fato, já que o discurso em estudo supera barreiras de tempo e espaço, colocando-se, ainda que remonte ao século passado, como atual, e se impõe a cada nova sala aberta em que familiares de drogados, por exemplo, reúnem-se para refletir sobre a sua situação.

## **REFERÊNCIAS**

- ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Trad. e introd. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira; colaboração de Lúcia T. Wisnik e Carlos Henrique D. chagas Cruz. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do Discurso*. Coord. da Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Colaboração André Barbault et al.; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva et al. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- CORTINA, Arnaldo. Recursos persuasivos nos textos de auto-ajuda. In: FIGUEIREDO, M. F.; MENDONÇA, M. C.; ABRIATA, V. L. R. (orgs.). *Sentidos em Movimento: Identidade e Argumentação*. Franca: Unifran, 2008.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Trad. de Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.
- DURAND, Jean-Louis. A imagem: uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre [et. al]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio: século XXI*. 4 ed. 2 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Raposo. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Ethos, Cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do discurso*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1997.



- \_\_\_\_\_. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- NAR-ANON. *Grupo Familiares Nar-Anon do Brasil*. Rio de Janeiro, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e Leitura*. 5 ed. São Paulo: Cortes; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002. (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani et al. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHAR, Pierre et al. *Papel da Memória*; trad. e introdução. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. (orgs.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethânia Mariani et al. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2 ed. São Paulo: Pontes, 1997c.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani et al. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, Sírío. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Concepções de sujeito na linguagem. In: *Boletim da Abralin*, 13, São Paulo: USP, pp. 13-30, 1993.
- VIALA, Alain. A eloquência galante: uma problemática da adesão. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Recebido em 27/04/2012

Aceito em 12/06/2012

*Versão revisada recebida em 13/06/2012*

*Publicado em 30/06/2012*

## **WHO TAKES THE BENEFIT OF THE TWELVE STEPS? A CRITICISM TO THE SELF-HELP DISCOURSE**

**ABSTRACT:** *This study constitutes one of the analyses from the conclusion of my doctoral thesis, whose object of investigation was the self-help and spirituality discourse conveyed by the group of support to family members of drug addicts, the Nar-Anon Family Group. This part presents the analysis of the Twelve Traditions of Nar-Anon that polemicizes and problematizes the bases of its operation, demonstrating how it is revealing of a discursive play that compromises the member, setting him certain tasks and depriving him of doing others on behalf of its cause: to maintain the unity of the group by exalting the importance of its presence within the families of addicts. In order to guide the discussions, we used the studies of French Discourse Analysis, mainly the readings concerning the theory foundation based on the studies of Michel Pêcheux.*

**KEY WORDS:** *discursive practice; effects of meaning; society; Nar-Anon.*